

MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: REFLEXÃO A PARTIR DE UMA INSTITUIÇÃO SOTEROPOLITANA

Gabriel Dias dos Santos - UFBA

contato.gds@outlook.com

Rodrigo da Silva Pereira - UFBA

rodrigossilvapereira@ufba.br

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise sobre a questão étnico-racial entre alunos de uma escola militarizada na cidade de Salvador, a partir de entrevistas realizadas com membros de sua gestão escolar. Segundo seus relatos, estudantes negros/as apresentam dificuldade no auto reconhecimento enquanto pessoas pretas e de camadas populares. Concluímos que isso ocorre em virtude das práticas autoritárias e excludentes do militarismo, que utilizam ferramentas como o medo e o apagamento da identidade desses sujeitos para alcançar a disciplina desejada.

Palavras-chave: Políticas educacionais - gestão escolar - militarismo - debate étnico-racial

1. Introdução

O presente texto apresenta um recorte da pesquisa intitulada “O avanço conservador na educação: como comunidades escolares articulam discursos hegemônicos conservadores”¹, que visa a compreender como discursos de agentes conservadores em prol de suas pautas na educação se conectam com sujeitos que atuam dentro das escolas. A militarização da escola pública faz parte dessa agenda hegemônica e conservadora que visa à manutenção de privilégios de determinados grupos, além do controle de corpos negros e periféricos (Santos, G. 2020).

Compreendemos o conservadorismo como uma “[ideologia,] produto de uma situação de conflito entre manutenção e alteração do *status quo*” (Lacerda, 2019, p. 27). No caso do conservadorismo brasileiro, Lacerda (2019) afirma que o movimento surgiu em resposta a direitos civis conquistados principalmente por grupos LGBTs, feministas e pessoas pretas. Em paralelo, utilizamos o conceito de hegemonia (Gramsci, 1999) ao

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

definir grupos que detêm poder social, econômico, político e cultural sob outros, os convencendo diariamente, através de diferentes vias, de que suas ideologias são as únicas possíveis.

Partindo do conceito de aliança conservadora de Apple (2003), no Brasil é possível identificar a ação entre neoconservadores, neoliberais e igreja evangélica trabalhando juntos em prol de suas agendas. Para Lacerda (2019), associado à defesa de ideologias neoliberais e a centralidade da família, o cerne do discurso do novo conservadorismo brasileiro está na união dos princípios de autoridade religiosa e militar.

A valorização de princípios militares tem sido historicamente associada à extrema-direita na América Latina, sustentada pela ideia de que os militares são guiados por uma moral superior, fundamentada no patriotismo e no civismo (Sanahuja; Burian; Vitelli, 2023). No Brasil a propaganda pró carreira militar é forte, muitas vezes vendida como resposta a problemas sociais. No que tange à educação, além do incentivo à competição entre estudantes reforçando o discurso meritocrático, a propaganda militar utiliza a seu favor os resultados das avaliações em larga escala e a capacidade de controlar jovens indisciplinados.

Por fim, é primordial contextualizar a atuação da polícia militar no território onde a escola analisada se localiza. De acordo com os dados divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023, o estado da Bahia teve a segunda polícia mais letal do Brasil. Em Salvador, oitavo município com o maior número de ocorrências no país, 94,6% das mortes provocadas por agentes do estado foram de pessoas negras. Deste total, 6,0% eram crianças de 12 a 17 anos². Esta é a brigada militar presente na escola.

2. Metodologia

As entrevistas base deste texto são, como mencionado acima, um recorte de uma pesquisa maior que envolve 4 cidades e o Distrito Federal do Brasil. Por se tratar de um estudo qualitativo que interrogou um pequeno número de pessoas criteriosamente escolhidas, este trabalho não constitui uma amostra representativa do ponto de vista estatístico. Pois, “o fato de, no caso em estudo, encontrar-se presente determinado fenômeno ou particularidade do real, não significa que tal ocorrência seja generalizada”

² Dados revelados pelo relatório *Pele Alvo: Mortes que revelam um padrão*, elaborado pela Rede de Observatórios da Segurança, publicado em 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Es_wgKXniACtnI48RfMJ3_SM8y8zAdkT/view

(Paro, 2011, p. 11). Porém, nossas análises contam, também, com a análise relacional (Apple, 2006) como ferramenta teórico-metodológica. Apple (2006) argumenta que a análise relacional consiste em examinar as múltiplas interações entre um objeto de estudo e a sociedade como um todo, levando em conta os diferentes agentes que a compõem. Logo, mesmo que a base do nosso trabalho seja a escola X, é imprescindível que consideremos o militarismo como um todo.

3. Discussão

Quando solicitado que descrevesse a comunidade escolar em termos socioeconômicos e referente a questões étnico-raciais, a coordenadora pedagógica civil afirma:

“Do ponto de vista da diversidade, vamos lá. São negros, eu diria 100% de negros, pardos, mas que é uma reflexão que eu estava fazendo outro dia. A farda encobre isso, eles não se percebem como negros e não se percebem, muitas vezes, como pessoas de camadas populares. Porque a farda parece que tem esse encantamento, vamos dizer, de disfarçar um pouco esse sujeito, a identidade desse sujeito.”

A padronização dos corpos anula identidades e questões étnico-raciais, o que se intensifica quando é posta sobre jovens que estão em processo de construção de suas cidadanias. Essa prática não busca garantir igualdade de tratamento para todos, pois a escola incentiva a competição e a hierarquia entre discentes. Em vez disso, promove o apagamento das diferenças, restringindo a pluralidade cultural que deveria ser a base da escola pública. Catarina Santos e Míriam Fábria Alves, pesquisadoras da área, afirmam:

“A cultura militar se pauta na interdição do debate, na supressão da diversidade e no combate à existência das diferenças, na subjugação dos mais vulneráveis, na padronização dos corpos e comportamento e, consequentemente, na negação do sujeito” (Santos; Alves, 2023, p. 92)

Outro ponto é que, segundo os relatos, os responsáveis pela parte disciplinar na escola são os militares, e o não cumprimento do seu regimento acarreta as chamadas “tratativas” aplicadas por eles. Tratativas essas que, nas palavras da vice-direção civil,

“não nos chega muita informação sobre como são”. Isto é, muitas vezes, não se sabe quais penalidades os militares aplicam aos/às alunos/as, pois suas medidas nem sempre são transparentes. O que os/as profissionais civis entrevistados/as apontam é que a disciplina existe apenas em ritos militares e em convenções hierárquicas de saudação quando se trata de um policial militar, mas a mesma disciplina não existe com professores/as e demais componentes da comunidade escolar. Nesse contexto, outro termo recorrente nas entrevistas é o "medo".

“Às vezes tem as queixas dos alunos em relação ao tratamento, né, da parte da PM. Às vezes reclamam, às vezes não reclamam porque, com medo de retaliação [...]. Quando o pessoal se sente mais à vontade, o pessoal dá uma desabafada e tudo.” (Vice-Direção Civil)

Ou seja, não há uma reflexão ou mudança de atitude dos/as estudantes, apenas medo da represália.

4. Considerações finais

Em virtude do seu caráter transformador e importância para o desenvolvimento de uma nação, a escola serve como campo de batalha ideológica. A militarização do Estado, e demais instituições, é parte de um projeto conservador que busca consolidar hegemonias ideológicas. No ambiente escolar, o militarismo reforça valores neoliberais, elimina a pluralidade cultural e limita o debate racial em prol do resguardo de uma imagem idealizada de si mesmo.

Além disso, a presença de policiais armados e o uso de cadências violentas reforçam uma cultura de medo, não de cidadania. A escola, espaço de formação crítica, é reduzida a um ambiente de padronização e apagamento identitário. A “disciplina” alcançada é esvaziada de sentido e reflexão, apenas obediência a uma estrutura autoritária e tradicionalmente violenta. Esse modelo não emancipa estudantes, mas os/as conforma a uma lógica de submissão. Em vez de educar para a autonomia e o pensamento crítico, a escola militarizada molda jovens para se adequarem a regras que historicamente oprimem populações periféricas e negras.

Referências

APPLE, M. W. **Educando à Direita:** Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 03 de mar. de 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

PARO, V. H. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez editora, 2011.

SANAHUJA, J. A.; BURIAN, C. L.; VITELLI, M. The rise of the new far right in Latin America: Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In: PINHEIRO-MACHADO, R; VARGAS-MAIA, T. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Abingdon: Routledge, 2023. p. 112-124.

SANTOS, C. de A.; ALVES, M. F. Militarizar e encarcerar a Educação Básica para um projeto de nação. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 18, n. 47, p. 90–112, 2023.

SANTOS, G. S. dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020.